

UMA BREVE HISTÓRIA SOBRE O SURGIMENTO E O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO

José Daniel Vieira ¹
Rogério Freire Graça ²
Auro de Jesus Rodrigues ³
José Adailton Barroso da Silva ⁴

Geografia



ISSN IMPRESSO 1980-1785
ISSN ELETRÔNICO 2316-3143

RESUMO

A primeira Revolução Industrial, ocorrida na Inglaterra, no final do século XVIII, foi possível tendo em vista ao acúmulo de capital, proveniente do mercantilismo. É nesse país que surgem e se expandem as fábricas, há o uso da máquina à vapor, ocorre uma maior divisão do trabalho e, conseqüentemente, o aumento da produção. Assim, pensar na evolução da atividade industrial, na urbanização, na mecanização da agricultura é, também, pensar no processo mais amplo que envolve uma breve análise da estruturação do modo de produção capitalista. Assim sendo, o presente trabalho consiste num estudo sobre o surgimento e desenvolvimento do capitalismo no mundo. Elaborado por meio de uma pesquisa bibliográfica por membros do grupo de pesquisa Estado, Capital e Desenvolvimento Urbano da Universidade Tiradentes (UNIT).

PALAVRAS-CHAVE

Capitalismo. Revolução Industrial. Urbanização. Agricultura.

ABSTRACT

The first Industrial Revolution, which took place in England in the late eighteenth century, it was possible with a view to the accumulation of capital, from the commercialism. It is this country to emerge and the plants expands, there is the use of the steam engine, there is a further division of work and therefore increased production. So think of the evolution of industrial activity, urbanization, agricultural mechanization is also thinking about the broader process involving a brief analysis of the structure of the capitalist mode of production. Therefore, the present work is a study on the emergence and development of capitalism in the world. Prepared by a literature search of members of the State research group, Capital and Urban Development (UNIT).

KEYWORDS

Capitalism. Industrial Revolution. Urbanization. Agriculture.

1 INTRODUÇÃO

O processo de industrialização do espaço mundial, iniciado em meados do século XVIII, trouxe grandes alterações para a sociedade, montando toda uma estrutura do mundo moderno.

A Revolução Industrial proporcionou grandes transformações em todo o mundo, alterou o modo de vida das pessoas, possibilitou a mecanização da agricultura, fez crescer as cidades, gerando processos de urbanização, e passou a representar a atividade que melhor caracteriza o estágio de desenvolvimento social, político, econômico, científico e tecnológico alcançado por uma sociedade.

Com essa Revolução a atividade industrial passou a comandar a divisão social e territorial do trabalho e tomou tamanha dimensão a ponto de atividades como o comércio e a energia, surgidas antes mesmo do surgimento da indústria, terem um desenvolvimento maior a partir da inter-relação com a industrialização.

Assim sendo, o presente trabalho consiste num estudo sobre o surgimento e desenvolvimento do capitalismo no mundo.

Elaborado por meio de uma pesquisa bibliográfica por membros do grupo de pesquisa Estado, Capital e Desenvolvimento Urbano da Universidade Tiradentes (UNIT).

2 DO SURGIMENTO DO CAPITALISMO

Na Inglaterra, entre os séculos XVI e XVII, os *cercamentos* praticamente varreram os camponeses dos campos de cultivo e em seu lugar surgiram os arrendatários capitalistas, muitos destes novos produtores passaram a criar carneiros para abastecer as manufaturas de lã das cidades. Na França, a Revolução Francesa (1789) aboliu os últimos direitos dos senhores feudais e a comunidade aldeã deu lugar a propriedade camponesa familiar. No Leste Europeu, o fortalecimento dos senhores feudais deu origem a uma espécie de segunda servidão. Os senhores feudais passaram a utilizar as relações feudais para produzir mercadorias que enviavam para outras regiões da Europa; as terras de domínios dos senhoriais foram dando origem às grandes propriedades agrícolas do Leste Europeu (OLIVEIRA, 1987, p. 25-26).

Nessa época, entre os séculos XV e XVI, ocorria, também, a ascensão da burguesia mercantil, a formação das Monarquias Nacionais, a afirmação da cultura renascentista e o fim da unidade cristã na Europa ocidental em decorrência da Reforma Protestante.

O contexto econômico europeu altera-se profundamente com o término das Cruzadas no século XIII, o que provocou a reabertura do mar Mediterrâneo e o Renascimento Urbano e Comercial. O comércio nesse período era dominado por importantes cidades portuárias italianas que controlavam a ligação da Europa ocidental com os principais centros comerciais do Oriente Próximo.

Na esfera social, destaca-se a ascensão da burguesia, que se desenvolveu enquanto classe, com o próprio crescimento do comércio monetário. Numa economia que tendia cada vez mais para as atividades comerciais e urbanas. Assim, a burguesia, alia-se aos reis, buscando o apoio necessário para poder desenvolver suas atividades econômicas e se fortalecer frente aos senhores feudais. A aliança da burguesia com o rei dá início à formação dos Estados Nacionais Absolutistas.

Para burguesia, este Estado com poder centralizado era de fundamental importância, pois além de possibilitar a padronização monetária, a formação de exércitos nacionais e a criação de leis a favor de seus interesses, representaria um importante empreendimento econômico, especialmente na conquista militar de outros mercados – no processo de expansão do comércio e no domínio das colônias. Já para os soberanos, era importante estar ao lado da burguesia, pois esta representava a iniciativa privada para o comércio, que ampliado, proporcionaria uma maior arrecadação de impostos e o conseqüente fortalecimento do poder real.

A formação dos exércitos nacionais com uma artilharia potente é um empreendimento inacessível, para a maioria dos senhores feudais. Quem o conseguirá serão os reis, financiados pela burguesia. Desse modo os exércitos contribuirão para a uni-

ficação monárquica de vários Estados-nações na Europa Ocidental, possibilitando o declínio do feudalismo e, facilitando o caminho para a ascensão da burguesia.

Com o absolutismo e com o mercantilismo, o Estado aliado à burguesia passava a controlar a economia e a buscar colônias para adquirir novas mercadorias por meio da exploração. Isso para garantir o enriquecimento da metrópole.

A ascensão do capitalismo foi impulsionada pela expansão marítimo-comercial da Europa, nos séculos XV e XVI, resultando no descobrimento de novas rotas de comércio para o Oriente e a conquista e colonização da América.

As invenções da caravela, e do astrolábio e a introdução da bússola criaram novas possibilidades de navegação a longa distância. O Capitalismo comercial inaugurou, assim, o comércio em larga escala e intercontinental, integrando América, África, Europa e Ásia. O uso da pólvora foi de grande importância para a submissão dos povos que se viram integrados e submissos à nova ordem econômica europeia.

No processo de dominação colonial, o capitalismo comercial não destruiu integralmente as comunidades nativas. Após a sua dominação pela força, utilizava as formas de produção dessas comunidades para fazê-las produzir mercadorias, ou então transformar os produtos das mesmas em mercadorias, fazendo-as circular na economia capitalista. Nesse sentido, o capitalismo submeteu os povos da África, Ásia e da América aos seus interesses comerciais, transformando-os em colônias dos impérios capitalistas da Europa, extraindo, desses povos, excedentes para a realização da acumulação primitiva do capital (OLIVEIRA, 1987, p. 31-32).

Vários eram os interesses das metrópoles europeias sobre suas colônias, por exemplo: no caso asiático, centrou-se no comércio da seda e especiarias; no caso africano, baseou-se, principalmente, no comércio de escravos; já no caso americano, voltou-se para os metais preciosos e os produtos agrícolas tropicais como algodão e açúcar, das colônias europeias implantadas no continente. As metrópoles europeias passaram a produzir, também, em suas colônias da América, África, e Ásia. Nas novas possessões, foram criadas grandes propriedades para a monocultura de produtos tropicais.

Ao mesmo tempo em que se desenvolvia o comércio em larga escala, ocorria o desenvolvimento da manufatura, em substituição às corporações de ofício remanescentes do período feudal.

A Inglaterra rompeu com o sistema feudal, abrindo espaço para o avanço do capitalismo. Promoveu medidas como a transformação da estrutura agrária, a modificação das relações trabalhistas no campo, o aperfeiçoamento da técnica de produção. Estabeleceu-se um acordo político e econômico entre a burguesia das cidades e

a nobreza rural: as duas classes promoveram o desenvolvimento econômico inglês, e o país tornou-se a maior potência comercial da época. Lançavam-se as bases para o desenvolvimento do capitalismo industrial.

3 DO DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO

A Inglaterra foi o berço da primeira Revolução industrial e isso pode ser explicado por alguns fatores ou acontecimentos: a) acúmulo de capitais proveniente do mercantilismo e do colonialismo (séculos XVI ao XVIII); b) O Estado sob o controle da burguesia desde a Revolução Gloriosa (1688), que implantou a primeira monarquia parlamentar; c) possuidora de reservas de carvão mineral e minério de ferro; d) materiais-primas provenientes de suas colônias; e) excesso de mão de obra causado pelo êxodo rural (ALMEIDA; RIGOLIN, 2002, p. 136).

Sendo assim, com as condições favoráveis a Inglaterra passou a comandar as modificações daquele momento, transformando-se na principal potência econômica. Porém, vale ressaltar, que a Revolução, também, trouxe grandes consequências para a sociedade que tem reflexos até os dias atuais. Portanto, foi também com a Revolução que aconteceu:

- fim do Feudalismo e recrudescimento do sistema capitalista;
- fortalecimento da divisão de classes sociais: burguesia e proletariado;
- construção dos Estados-Nações;
- urbanização e florescimento das cidades;
- mecanização da agricultura com a expulsão do homem do campo para a cidade.

Com a invenção da máquina a vapor, em 1769, na Inglaterra, a produção industrial teve grande impulso. Nas fábricas, os trabalhadores eram obrigados a trabalhar no ritmo definido pelas máquinas. Outra parte da mão de obra disponível foi requisitada para o trabalho nas minas de carvão. Ao mesmo tempo, ocorria a divisão internacional do trabalho entre os países industriais e as regiões fornecedoras de produtos agrícolas e minerais.

Com o capitalismo industrial, a população urbana passou a crescer mais do que a rural. A revolução industrial provocou, ainda, uma revolução agrícola, com a produção de instrumentos para o trabalho na terra e com a modificação do sistema de propriedade e de organização de trabalho no campo. O trabalho agrário, cada vez mais especializado e menos de subsistência, obrigou o agricultor a complementar as suas necessidades, comprando outros produtos no mercado urbano.

Assim, afirma Oliveira (1987, p. 52), a agricultura foi subordinada nas duas pontas do processo produtivo: na do consumo produtivo, isto é, pelos altos preços que teve que pagar pelos produtos industrializados (máquinas e insumos produzidos pelas in-

dústrias) que praticamente obrigava a comprar para poder desenvolver suas atividades agrícolas e aumentar a produção, e na circulação, onde é obrigada a vender a sua produção por preços baixos ao comerciante intermediário e a indústria.

No processo de desenvolvimento industrial capitalista e do crescimento das populações das cidades, foi necessária a adoção de um sistema mais adequado ao uso do solo, como, por exemplo, a rotação de culturas que abolia a técnica milenar do pousio (descanso). O novo sistema de rotação possibilitava a produção de todo o solo praticamente o ano inteiro, aumentando a produção agrícola (OLIVEIRA, 1987, p. 43).

A dinamização da economia e a intensificação dos intercâmbios comerciais exigiram a ampliação das vias de comunicação que, ao convergirem para as cidades, estimularam ainda mais o seu crescimento. Um novo meio de transporte revolucionou os meios de circulação: o ferroviário. Isso possibilitou o aparecimento de novas regiões industriais na Europa, e cada vez mais novos produtos foram colocados no mercado.

Já na segunda metade do século XIX, ocorreu a segunda Revolução Industrial, neste caso, há a inserção de outros países no processo de industrialização (França, Alemanha, Holanda, Bélgica, Itália na Europa; Estados Unidos e Canadá, na América e Japão, na Ásia), proporcionando assim, a expansão do capitalismo, sendo a passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista, com formação de grandes empresas e a fusão do capital bancário com o capital industrial. Dá-se continuidade ao progresso técnico-científico, possibilitando o surgimento e o desenvolvimento de novas máquinas, utilização do aço, do petróleo e da eletricidade, evolução dos meios de transportes e expansão dos meios de comunicação, desenvolvimento das indústrias siderúrgicas e metalúrgicas.

Não se tem com precisão o período em que a Segunda Revolução Industrial começa a dar sinais de esgotamento, sendo substituída pela Terceira Revolução Industrial, também chamada de Revolução Técnico-Científica, entretanto, o mais comum é que se atribua, nos países desenvolvidos, o início por volta da década de 1970 e nos países subdesenvolvidos ao final da década de 1980 e início dos anos 1990.

Essa Revolução tem como característica básica a utilização das novas tecnologias, o advento da eletrônica e a modernização nos transportes e telecomunicações, que fazem o mundo parecer menor a cada dia que passa. Novas profissões vão surgindo, e novas funções aparecem no lugar das funções tradicionais, o setor terciário da economia se transforma no setor que mais atrai a população economicamente ativa, inaugurando inclusive um novo momento: se nas revoluções anteriores falava-se em uma sociedade industrial, o termo utilizado para designar o atual momento é a sociedade pós-industrial.

Desde a origem a indústria tem se organizado de diversos modos, seja por meio das oficinas artesanais, em sua fase inicial, seja com as indústrias domésticas controladas por comerciantes que forneciam materiais a trabalhadores agrícolas, os quais, assim, obtinham um complemento de sua renda.

Entretanto, a partir da Revolução Industrial a indústria passou a buscar métodos ou processos que acelerassem a produção e com isso gerasse mais lucro.

O primeiro desses processos surge com o engenheiro F. Taylor, e em sua homenagem recebe o nome de Taylorismo. Consistia na exploração máxima do trabalhador, fazendo-o produzir mais em menos tempo e para isso contava com um rígido controle sobre o operário, e com a divisão de tarefas.

Apesar da divisão do trabalho intelectual e o trabalho manual já ser uma realidade dentro da atividade industrial, desde a passagem da manufatura para a indústria moderna, é com o processo Taylorista que a divisão se acentua, fazendo com que o trabalho passe a depender apenas das políticas gerenciais e não da habilidade do trabalhador. Desse modo, o poder do capital apropria-se do saber operário para elaborar o método de trabalho que lhe parece mais rentável.

O objetivo era sistematizar a produção, aumentar a produtividade, economizar tempo e suprimir gastos desnecessários no interior do processo produtivo.

Por volta dos anos 1920, Henry Ford adota os princípios idealizados por Taylor em sua fábrica e inaugura um novo processo produtivo: o Fordismo. Esse processo:

Ao contrário do Taylorismo, que se preocupava mais com a máxima utilização do tempo de trabalho do operário, o fordismo se preocupa também com o tempo livre e, principalmente, com o consumo. Não se trata apenas de trabalhar mais intensamente, como no taylorismo, e sim de trabalhar menos, com maior especialização e produtividade, e consumir mais. A generalização do fordismo, dessa forma, foi um dos fatores que ajudaram na melhoria dos padrões de vida dos países desenvolvidos no século XX. (VESENTINI, 2004, p. 126).

Ford passa a ser a partir de então o idealizador do sistema de produção de massa, em que a diminuição do tempo gasto pelo trabalhador é fundamental no aumento da produtividade, para isso reduziu a movimentação dos operários em busca das ferramentas e peças para aumentar a velocidade da produção de maneira sistematizada, padronizada, retirando essa "tarefa" das mãos do operário. A partir desse momento estava inaugurada a "esteira de produção", onde os veículos eram transportados por

toda a fábrica, de maneira contínua e ordenada, indo de encontro ao trabalhador. As tarefas tornaram-se simples, e os operários facilmente substituídos.

O fordismo chega a seu auge nas décadas de 1950 e 1960, quando a indústria automobilística toma um impulso grandioso com a expansão para o mundo subdesenvolvido, mas a própria expansão causou sua decadência.

O sucesso do modelo produtivo se espalhou pelo mundo, fazendo com que nações como a Alemanha e o Japão começassem a disputar com os EUA a fatia da economia mundial, além disso, o ideal de produção em massa ao ser ampliado para consumo em massa proporcionou aos trabalhadores ganhos de produtividade e com isso melhores salários, além de uma maior participação dos sindicatos na disputa entre capital e trabalho.

Nos anos 1970 o fordismo começa então a dar sinais de enfraquecimento, o estado do bem estar social esgota-se e um novo processo produtivo surge para reverter o modo de produção capitalista: O Toyotismo ou o pós-fordismo.

Inaugurado na fábrica de automóveis Toyota, o Toyotismo surge como o processo que adota novas concepções e novos paradigmas na sociedade, que não ficarão restritos à fábrica, eles extrapolam os limites da atividade industrial e de forma avassaladora se espalha pelos mais diversos segmentos sociais.

No lugar da produção em massa preconizado por Taylor e Ford, o toyotismo exige uma produção enxuta ou flexível, no lugar do consumo em massa do fordismo o pós-fordismo exige o *just-in-time*.

Para Harvey (1989) as economias de escala baseadas na produção fordista de massa estão sendo substituídas por uma crescente capacidade de manufaturas de uma variedade de bens e preços baixos em pequenos lotes. Chama a atenção de que as economias de escopo têm derrotado as economias de escala. A produção em pequenos lotes e a subcontratação vem superando a rigidez do sistema fordista de produção atendendo uma gama bem mais ampla de necessidade do mercado.

Segundo o autor, o tempo de giro – que sempre é uma chave da lucratividade capitalista – foi reduzido pelo uso de novas tecnologias produtivas e de novas formas de organização, por exemplo, o gerenciamento de estoques *just-in-time*, que controla a quantidade de material necessário para manter a produção fluindo. A meia vida de um produto fordista típico, por exemplo, era de cinco a sete anos, mas a acumulação flexível diminuiu isso em mais da metade em setores – como o têxtil (HARVEY, 1989).

A redução do tempo de giro da produção com a redução do tempo de vida do produto leva o produto a ficar mais “descartável”. Tal fato poderá levar ao aumento da exploração dos recursos naturais. Pois,

[...] em seu sentido e tendências mais gerais, o modo de produção capitalista converteu-se em inimigo da durabilidade dos produtos; ele deve inclusive desencorajar e mesmo inviabilizar as práticas produtivas orientadas para a durabilidade, o que leva a subverter deliberadamente sua qualidade (idem: 548-9). A 'qualidade total' torna-se, ela também, a negação da durabilidade das mercadorias. Quanto mais 'qualidade' as mercadorias aparentam (e aqui a aparência faz a diferença), menor tempo de duração elas devem efetivamente ter. Desperdício e destrutividade acabam sendo os traços determinantes. [...]. Não falamos aqui somente dos fast foods (do qual o Mc Donalds é exemplar), que despejam toneladas de descartáveis no lixo, após um lanche produzido sob o ritmo seriado e fordizado, de qualidade mas que sofrível. Poderíamos lembrar o tempo médio de vida útil estimada para os automóveis modernos e mundiais, cuja durabilidade é cada vez mais reduzida. (ANTUNES, 1999, p. 51).

Também, juntamente, com a redução do tempo de vida do produto, ocorre o marketing da mercadoria, incentivando o indivíduo em suas habitações ao consumo das mercadorias, isto é, levando o indivíduo ao fetiche da mercadoria. A cidade tem sido o principal palco das aglomerações e atividades humanas e, também, o principal palco de consumo de mercadorias e produtora de lixo. Há, portanto, um grande problema atualmente nas cidades: como resolver o problema do lixo urbano?

Assim, no capitalismo, pode-se dizer que a indústria tem um papel fundamental na organização do espaço, ou naquilo que os franceses chamam de *aménagement du territoire*. E isso não é um fato novo, desde a Revolução no século XVIII que o espaço geográfico tem sua organização intrinsecamente ligada à indústria.

De fato, as transformações que o capitalismo promoveu em diversas sociedades nacionais contribuíram para que essa organização do espaço se desencadeasse em diversas nações, mesmo naquelas onde a industrialização não foi representativa, isto é, em diversas áreas do mundo subdesenvolvido.

Sposito (1998, p. 69-70), esclarece que:

[...] há uma articulação desenvolvimento-subdesenvolvimento, e não apenas seqüências ou fases de um desenvolvimento único, engendradas pelo capitalismo avançado, e concretizadas em diferentes escalas do território (partindo da cidade, passando pela região e atingindo o nível nacional). A evidência da articulação entre as economias nacionais sob o capitalismo,

e de sua integração numa economia global é o fato de que apesar de haver um desenvolvimento/industrialização a nível mundial, ele seja diferenciado, embora combinado. Nesta articulação entre países “desenvolvidos” e “subdesenvolvidos” está a base o desenvolvimento do capitalismo monopolista, e neste movimento os “desenvolvidos” subordinam os “subdesenvolvidos”, estabelecendo o que Castells denomina desenvolvimento dependente.

Pois, a partir da década de 1950 grandes empresas monopolistas de países desenvolvidos, instalaram filiais em países subdesenvolvidos, onde passaram a produzir um elenco cada vez maior de produtos. Nesse contexto, opera-se, assim, uma profunda alteração na divisão internacional do trabalho, porquanto muitos países deixam de ser apenas fornecedores de alimentos e matérias-primas para o mercado internacional para se tornarem produtores e até exportadores de produtos industrializados. Essas empresas, conhecidas como multinacionais, tinham como principais objetivos a busca de matérias-primas, mão de obra barata e mercado consumidor nos países do Terceiro Mundo.

Os governos dos países subdesenvolvidos procuravam apresentar um conjunto de condições favoráveis para a instalação dessas empresas, além dos incentivos fiscais em seus países. Muitos serão os economistas, geógrafos, cartógrafos e demais profissionais que irão trabalhar para órgãos de governos no planejamento da região, do território nacional, apresentando as condições favoráveis para a alocação das filiais das empresas multinacionais.

A generalização das políticas de planejamento abria novos caminhos de trabalho para os cientistas sociais, que eram utilizados no levantamento do diagnóstico, e na elaboração do prognóstico, que indicavam os caminhos a serem seguidos para que se atingissem os fins almejados (ANDRADE, 1998, p. 94-95).

As atividades industriais já não se restringiam aos países europeus, Estados Unidos e Japão, mas já se dispersavam pelo mundo, atuando, também, nos países subdesenvolvidos. Não eram somente pequenas empresas, mas também, grandes aglomerados industriais em busca de novas áreas para atuação, em busca, por exemplo, de fontes de energia, como: o petróleo, o ouro, o minério de ferro, a prata etc. Mas, para a atuação dessas empresas era necessário ter um diagnóstico e um prognóstico dos territórios para a atuação.

As cidades, com o avanço do capitalismo, tornam-se mais complexas. Há um grande processo de aglomeração humano e de atividades públicas, comerciais e industriais. Muitas dessas cidades tomam a conformação de metrópoles, outras ultrapassam seus limites territoriais conformando-se em megalópoles, processos de conurbações.

Após a Segunda Guerra Mundial, muitas cidades dos países desenvolvidos foram destruídas e tiveram que ser reconstruídas sob o viés do planejamento. Elas tinham que atender, também, às populações decorrentes do êxodo rural. Já nos países subdesenvolvidos o planejamento das cidades foi mais crítico, criando espaços planejados, mas, em decorrência do acelerado êxodo rural, muitas cidades tiveram seu crescimento desordenado, com problemas ou falta de planejamento. Muitos foram os técnicos e cientista, dentre eles, os geógrafos, que foram trabalhar em órgãos dos governos, no planejamento das cidades.

As transformações que ocorriam no campo e nas cidades exigiam um sistema de transporte e comunicação que viesse a facilitar a locomoção de pessoas, mercadorias e informações, entre os lugares. Assim, ocorreram investimentos para a construção de ferrovias, rodovias, portos, aeroportos etc. Investimentos na produção de navio, automóvel, avião etc. Ocorreu a difusão da energia elétrica, do rádio, da televisão etc. Com o desenvolvimento dos meios de transporte e de comunicações, as distâncias são “encurtadas” e os lugares se “aproximam”.

A expulsão do homem do campo com sua migração para a cidade; a subordinação da agricultura à indústria e a formação de paisagens homogênea, como os cinturões do café, cana-de-açúcar, trigo, milho, algodão, era uma realidade que se espalhava pelo mundo e veio para ficar.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, pensar na evolução da atividade industrial é também pensar no processo mais amplo que envolve uma breve análise da estruturação do modo de produção capitalista, na passagem de um período caracterizado pela acumulação primitiva do capital.

Segundo Oliveira (2003, p. 44) a acumulação era primitiva porque constituía momento necessário da gênese do modo de produção, e também, por ser violenta, já que, dentro dessa violência encontrava-se o surgimento e a subordinação de uma classe de trabalhadores livres. É bom lembrar que essa liberdade dos trabalhadores, ou os chamados “homens livres” se constituía uma das condições necessárias para a implantação da nova atividade que estava se estabelecendo.

A primeira Revolução Industrial, ocorrida na Inglaterra, no final do século XVIII, foi possível tendo em vista ao acúmulo de capital, proveniente do mercantilismo. É nesse país que surgem e se expandem as fábricas, há o uso da máquina a vapor, ocorre uma maior divisão do trabalho e, conseqüentemente, o aumento da produção.

Já na segunda metade do século XIX, ocorreu a segunda Revolução Industrial, neste caso, há a inserção de outros países no processo de industrialização (França,

Alemanha, Holanda, Bélgica, Itália na Europa; Estados Unidos e Canadá, na América e Japão, na Ásia), proporcionando assim, a expansão do capitalismo.

A terceira Revolução Industrial, que se iniciou na década de 1970, alterou o cenário produtivo mundial, devido ao surgimento de tecnologias microeletrônica e da transmissão de informações sobre a automatização e robotização dos processos produtivos. Além disso, surgiram novos ramos industriais, como as indústrias de computadores e de softwares, robótica e de biotecnologia, química fina e de telecomunicações, que utilizam mão de obra qualificada.

Desse modo, as indústrias se difundem por todo o mundo em busca de matéria-prima mais barata, incentivos fiscais, mão de obra barata e qualificada e mercado consumidor, objetivando a acumulação de capital.

Atualmente, a realidade mundial tornou-se mais complexa. O desenvolvimento do capitalismo afastou-se cada vez mais da fase concorrencial, e penetrou na fase monopolista do grande capital, das grandes empresas multinacionais. A urbanização acentuou-se e metrópoles e megalópoles começaram a se constituir e o espaço agrário sofreu modificações em função, principalmente, da industrialização e da mecanização.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Lúcia Marina Alves de; RIGOLIN, Tércio Barbosa. **Geografia**. São Paulo: Ática, 2002.

ANDRADE, Manoel Correia de. **Geografia econômica**. São Paulo: Atlas, 1998.

ANTUNES, Ricardo Luís Coutro. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

COELHO, Marcos de Amorim; SOARES, Ligya Terra. **Geografia do Brasil**. 5.ed. reform. e atual. São Paulo: Moderna, 2002.

HARVEY, D. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. Trad. João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. Trad. Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 2.ed. São Paulo: Loyola, 1989.

MOREIRA, João Carlos; SENE, Eustáquio. **Geografia geral e do Brasil**: espaço e globalização. São Paulo: Scipione, 2000.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1987.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Agricultura brasileira: transformações recentes. In: ROSS, Jurandir L. Sanches (Org.). **Geografia do Brasil**. 5.ed. rev. e ampl. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003.

SANTOS, Milton. **Manual da geografia urbana**. São Paulo: Hucitec, 1989.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Contexto, 1998.

VESENTINI, José William (Org.). **O ensino de geografia no século XXI**. Campinas, SP: Papirus, 2004.

Data do recebimento: 20 de Novembro de 2014

Data da avaliação: 2 de Janeiro de 2015

Data de aceite: 12 de Janeiro de 2015

1 Graduando em Geografia (6º Período) e membro do; Grupo de Pesquisa Estado, Capital e Desenvolvimento Urbano da Universidade Tiradentes – UNIT. E-mail: danielvieirasst@hotmail.com

2 Mestre em Educação, Docente e membro do Grupo de Pesquisa Estado, Capital e Desenvolvimento Urbano da Universidade Tiradentes – UNIT. E-mail: rfg.1973@yahoo.com.br

3 Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe; Docente e membro do Grupo de Pesquisa Estado, Capital e Desenvolvimento Urbano da Universidade Tiradentes – UNIT. E-mail: adailtonbarroso@gmail.com

4 Doutorando em Geografia pela UFS/SE; Docente e membro do Grupo de Pesquisa Estado, Capital e Desenvolvimento Urbano da Universidade Tiradentes – UNIT. E-mail: rodriguesauro@gmail.com